

O SR. JORGE VIANA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Federação dos Servidores Públicos de Brasília distribuiu a seguinte nota aos Srs. Congressistas:

“Os servidores públicos de Brasília, pela sua entidade máxima, tendo em vista as Resoluções do XI.º Congresso Nacional da Classe, realizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, nos dias 6 a 12 de agosto de 1978, sob a égide da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e do I Simpósio dos Servidores Públicos de Brasília, realizado na Câmara dos Deputados, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 1978, convocado pela Federação dos Servidores Públicos de Brasília, vêm apelar para V. Ex.ª no sentido de desenvolver redobrado empenho, visando a contribuir concretamente, com vigor de espírito, patriotismo e realismo, a fim de que haja aperfeiçoamento do texto do Projeto de Anistia que foi enviado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo para ampla, geral e irrestrita.

O critério e a forma como foi elaborado o Projeto da Anistia visa a atender aos interesses daqueles que eventualmente ocupam o Poder e obstaculizar e desconhecer os interesses dos atingidos. Reiteramos as Resoluções daqueles conclaves, tendo neles apresentado uma solução harmônica e global para o caso da Anistia, a fim de que a paz, a tranquilidade e o apaziguamento sejam um fato histórico nos lares das famílias brasileiras. Estas Resoluções dão solução harmônica e global para todos os brasileiros que foram punidos pela Revolução por motivos de delitos ideológicos ou de ação política, contra ou a favor da Revolução, não podendo haver uma solução unilateral. O Projeto enviado ao Congresso é vago e casuístico. Precisamos de uma Anistia com clareza e abrangência. Caso isso não seja concretizado, o povo e, especialmente, os servidores públicos, sentir-se-ão marginalizados dentro do seu próprio país, transformando-se em apêndice da sociedade brasileira.

Subscravemo-nos, atenciosamente, — **Aristóteles Gusmão da Silveira**, Presidente — **José Manoel de Melo**, Secretário-Geral.”

Por outro lado, assim se manifestou a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil:

“Reunido nos últimos dias 4 e 5 do corrente mês, na Cidade de Goiânia (Goiás), o Conselho de Representantes desta Confederação, órgão máximo de representação de todos os servidores públicos brasileiros, de todas as esferas de poder, ativos e aposentados, deliberou manifestar-se por uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Do ponto de vista dos servidores públicos, a Anistia deverá operar-se como numa reintegração judicial determinando o imediato retorno do beneficiário à atividade pública, sem sujeitá-lo ao exame de qualquer comissão, além de indenizá-lo de todas as perdas decorrentes da punição, isto é, pagamento dos vencimentos ou proventos, vantagens, comissões, promoções etc.

Entendem ainda os representantes da classe que os pensionistas ou beneficiários dos servidores punidos e falecidos antes da anistia deverão ter revistos seus benefícios, como se vivos fossem esses servidores.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. TELMO KIRST (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados; Candelária completou, em julho, 54 anos de emancipação política. A antiga povoação de Nossa Senhora de Candelária da Germânia, situada na colônia baixa, entre a Depressão Central e o Planalto Rio-grandense, era evidentemente um núcleo de elementos alemães e brasileiros que se desenvolvia rapidamente pela excepcional localização geográfica, bem como pela operosidade de seus habitantes.

Desde um ignorado começo, por volta de 1860, até nossos dias, aquele núcleo vem abrindo seu caminho, construindo sua vida, firmando sua presença, protagonizando dias pacatos e horas agitadas, sempre num movimento ascendente, graças a seus próprios recursos e à inquebrável vontade de seu povo.

A idéia emancipacionista teve como principal defensor o coronel Pereira Rego, cuja memória os candelarienses lembram com carinho e que deu nome à mais importante avenida da cidade.

Os mesmos ventos de progresso que sopraram o ânimo inicial daquele povo continuam desencadeando a onda de desenvolvimento que o Município vem ostentando atualmente. A Rádio Jornal do Comércio, de Candelária, componente de uma cadeia de emissoras no Estado, é a mais potente da região. O jornal “Gazeta do Sul” e o jornal “Nossa Opinião” são órgãos oficiais do

Município. Dois canais de televisão são sintonizados com imagem límpida e perfeita.

No setor educacional, cinco escolas oferecem cursos de 2.º grau com terminalidade em áreas profissionais de interesse regional. Treze escolas estaduais e 83 municipais levam o ensino primário gratuito a todos os recantos do município.

Encontra-se bastante desenvolvido o comércio candelariense, constituído por sólidas empresas, tanto no atacado como no varejo, incluindo atividades de exportação e importação.

No setor industrial, destaca-se a Industrial de Soja Brasileira, operando na extração de óleos vegetais, com capacidade de consumo de 180 toneladas diárias de matéria-prima. Merecem registro, ainda, as indústrias de beneficiamento de arroz e de fabricação de cerâmica em visível expansão no Município. Além destas, há diversas indústrias de médio e pequeno porte no ramo de móveis, esquadrias, destilarias e bebidas.

A agricultora é, porém, o setor que, no momento, merece a maior atenção de parte da municipalidade. Candelária destaca-se pela sua essencialidade agrícola, com produção de soja, arroz, fumo, milho em larga escala, com futuro mais promissor, face à implantação de modernas técnicas de recuperação, aproveitamento racional e correto do solo. Com o apoio dos sindicatos rurais, da EMATER e de outras entidades interessadas, a atual administração, por intermédio da Secretaria Municipal da Agricultura, está elaborando e pondo em prática um revolucionário plano de ação, de amparo e orientação ao agricultor, visando ao aumento da produtividade agrícola.

Candelária se tornará, em breve, um dos mais importantes centros rodoviários do Estado. A estrada denominada RS-249 e RS-509, Porto Alegre—Montenegro—Mariante—Santa Cruz do Sul—Candelária—Santa Maria, quase toda asfaltada, faltando apenas o trecho Santa Cruz do Sul e Cerro Chato, no momento, estando sendo preparada para a sua pavimentação. A estrada BR-481, que ligará Candelária a Cruz Alta, partindo da RS-509, passa por Sobradinho, Arroio do Tigre e Salto do Jacuí, igualmente. Estradas secundárias ligam Candelária e Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Sobradinho. Este aspecto justifica plenamente chamar-se Candelária de “Ponto Estratégico” do Rio Grande do Sul.

Interessantes monumentos artísticos, históricos e naturais oferecem Candelária como atraente opção turística. É de se mencionar o Cerro do Botucaraí, cercado de lendas e de mistérios, escalado anualmente por milhares deromeiros e de peregrinos, que vão visitar o lugar onde teria vivido solitário um monge milagreiro, e beber da “Fonte Santa”, que jorra no sopé do monte e, segundo crença popular, cura os males mais diversos.

Estes são alguns aspectos daquele laborioso Município, que, governado hoje pelo dinâmico Dr. Elcy Simões de Oliveira, completa meio século de emancipação e mais de um século de fundação.

Este singelo pronunciamento é para unir-me aos brilhantes festejos comemorativos do evento.

Saúdo a terra e o povo, a Prefeitura e a Câmara, as lideranças e os homens de empresa, pela fé, determinação e o descortino com que estão construindo seu próprio desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a multinacional BRASCAN, antiga proprietária da Light, obteve da Justiça, ordem para despejar centenas de humildes famílias de lavradores de Trindade, Município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro.

Há mais de cem anos, moram essas famílias e seus antepassados naquele local. A beleza física de Trindade atraiu a cobiça da multinacional BRASCAN, que pretende lotear aquelas terras, vendê-las a bom preço e remeter seus gordos lucros para o exterior.

O regime discricionário implantado no País, em 1964, vem dando toda força à multinacional BRASCAN. A complacência da Justiça causa-nos vergonha e tristeza.

Aquela gente humilde que durante tantos anos, isolada de tudo e de todos, sem qualquer apoio ou ajuda oficial, cultivou a terra para o sustento de suas famílias, e conservou as belezas naturais imunes de poluição, vê-se agora enxotada pela multinacional BRASCAN, com a convívência e complacência de alguns elementos da Justiça.

Nenhuma medida protetora desses humildes brasileiros foi sequer esboçada pelas autoridades do Ministério da Fazenda, especificamente do Serviço do Patrimônio da União, apesar das veementes denúncias do digno e diligente advogado Sobral Pinto, patrono dos posseiros, de que os métodos usados pela BRASCAN para obter as assinaturas de alguns posseiros são ilícitos e fraudulentos.